

***A Bandeira Vermelha* em números: uma análise sobre o semanário da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920)**

André Costa Pina

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

Tomando por referência a problemática da fundação do Partido Comunista Português (PCP), procuramos aprofundar o conhecimento sobre o primeiro periódico de propaganda bolchevista em Portugal, *A Bandeira Vermelha*. Nesse percurso, analisamos 420 textos do semanário da Federação Maximalista Portuguesa, entre 1919 e 1920, período em que o jornal foi órgão desta organização. Na análise realizada inventariamos os textos do periódico maximalista com o objetivo de verificar a representação de redatores portugueses por distrito, a frequência de certos temas e precisar, em particular, a influência dos autores proto-bolchevistas franceses nas metas ideológicas dos maximalistas portugueses.

Palavras-chave: Federação Maximalista Portuguesa; *A Bandeira Vermelha*; sociologia dos partidos políticos.

A Bandeira Vermelha in numbers: an analysis on the weekly newspaper of the Portuguese Maximalist Federation (1919-1920)

Abstract

Taking by reference the problematic on the foundation of the Portuguese Communist Party (PCP), we focused on advancing the knowledge on the first newspaper centered on Bolshevik propaganda in Portugal, *A Bandeira Vermelha*. In that journey, we gathered 420 texts from the weekly newspaper of the Portuguese Maximalist Federation, from 1919 and 1920, the period in which this newspaper was the organ of this organization. In this analysis we gathered texts from maximalist newspaper texts with the goal of verifying the representation of Portuguese writers by district, the frequency of certain topics and to precise the influence of French proto-Bolshevik authors in the Portuguese maximalists ideological goals.

Keywords: Federação Maximalista Portuguesa; *A Bandeira Vermelha*; sociology of political parties.

A Bandeira Vermelha en nombres: une analyse au séminaire de la Fédération Maximaliste Portugaise (1919-1920)

Résumé

Prenant comme référence le problématique de la fondation du Parti Communiste Portugais (PCP), on cherche à approfondir la connaissance sur le premier périodique de propagande bolcheviste au Portugal, *A Bandeira Vermelha*. Dans ce parcours, nous analysons 420 textes du séminaire de la Fédération Maximaliste Portugaise, entre 1919 et 1920, là période où ce journal a été le porte-parole de cette organisation. Dans cette analyse, nous faisons l’inventaires des textes du périodique maximaliste pour vérifier la représentation de rédacteurs portugais par district, la fréquence de certains thèmes et préciser, en particulier, l’influence des auteurs proto-bolchevistes français sur objectives idéologiques des maximalistes portugais..

Mots-clés: Federação Maximalista Portuguesa; *A Bandeira Vermelha*; sociologie des partis politiques.

A Bandeira Vermelha en números: un análisis al semanal de la Federación Maximalista Portuguesa (1919-1920)

Resumen

Tomando como referencia la problemática de la fundación de lo Partido Comunista Portugués (PCP), tratamos de profundizar o conocimiento sobre el primero periódico de propaganda bolchevista en Portugal, *A Bandeira Vermelha*. En esta ruta, examinamos 420 textos del semanal de la Federación Maximalista Portuguesa, entre 1919 y 1920, el período en que este periódico fue órgano de esta organización. En este análisis inventariamos los textos del periódico maximalista con el fin de verificar la representación de escritores portugueses por distrito, la frecuencia de ciertos temas y precisar, en particular, la influencia de los autores proto-bolcheviques franceses en los objetivos ideológicos de los maximalistas portugueses.

Palabras clave: Federação Maximalista Portuguesa; A Bandeira Vermelha; sociología de los partidos políticos.

1. Introdução¹

No centenário da Federação Maximalista Portuguesa (FMP)², a primeira organização dedicada à transmissão dos ideais bolchevistas em Portugal, propomos desbravar o conhecimento sobre o semanário desta organização precursora do Partido

¹ O assunto discutido neste artigo tem origem numa pesquisa desenvolvida pelo autor no âmbito da sua dissertação de Mestrado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² A Federação Maximalista Portuguesa, inicialmente denominada por “Soviet de Propaganda Social”, foi fundada no dia 27 de abril de 1919, dia que marca a eleição da sua Comissão Executiva liderada por Manuel Ribeiro, o seu Secretário-geral (PINA, 2018: 89).

Comunista Português (PCP). Nesse trajeto, pretendemos apresentar algumas linhas interpretativas renovadas sobre o momento da criação dos partidos políticos, de modo a aprofundar aquilo que Ait-Aoudia e Dézé (2011) referem como o “enigma sociológico da génese de um partido”. O interesse no estudo do semanário *A Bandeira Vermelha* é, identicamente, suportado pela noção do “modelo originário” proposto por Panebianco (2005), já que, na sua perspetiva, as características anteriores à fundação de um partido são de tal modo fulcrais que podem determinar uma organização durante décadas, assim como prever a consistência da sua institucionalização. O interesse no seu estudo é ainda maior se tivermos presente a relevância de que se reveste a ação do jornal na época. Isto é, na nossa perspetiva, devemos observar o jornal enquanto uma tecnologia política, uma ferramenta de comunicação à distância (Noiriel: 2006) capaz de padronizar, no espaço e no tempo, a coerência discursiva daqueles que aderiram, neste caso, à causa bolchevista em Portugal. O momento da fundação do *A Bandeira Vermelha*, a 5 de outubro de 1919, ao tratar-se do primeiro periódico dedicado à propaganda da revolução russa, determinou ainda o processo de construção de uma identidade bolchevista. Isto é, tal como indica Panebianco (2005: 99-100), na sua fase embrionária a *identidade coletiva* de uma organização política é definida em relação às *metas ideológicas* e não em relação à organização, por si própria. Logo, nesta fase de disseminação do bolchevismo, os maximalistas trataram de convergir os antigos ideais sindicalistas revolucionários com o objetivo de estabelecer aquilo que concebiam como sendo o soviétismo.

Posto isto, em vez de nos focarmos numa análise exclusivamente de pendor qualitativo, procuramos aprofundar e rever o único estudo que tratou de inventariar e quantificar o conteúdo do *A Bandeira Vermelha*, com o propósito de examinar a questão das *metas ideológicas* e a *difusão territorial* dos maximalistas. Desse modo, procuramos aprofundar o quadro de problemas proposto pela obra de Quintela (1976: 17-24) a este propósito, ao analisarmos 420 textos deste periódico maximalista. Este trajeto de investigação teve como pressuposto construir um quadro mais elucidativo sobre quem foram aqueles que redigiram e colaboraram na imprensa maximalista, as influências internacionais que tiveram, assim como os temas que privilegiaram. Trata-se, nesse sentido, de um exercício de investigação sobre as características e as pré-condições que determinaram as modalidades de formação do PCP. Um ponto que poderá evidenciar uma etapa na evolução das doutrinas que regiam a esquerda revolucionária em Portugal, em reação à difusão da revolução russa.

2. A Sociologia dos Partidos Políticos

Ao longo do nosso trajeto de investigação sobre o PCP preocupamo-nos, essencialmente, com os aspetos que determinam o conceito de instituição. Isto é, procuramos construir uma análise capaz de expor o processo de institucionalização deste partido, tendo como ponto de partida os fenómenos organizativos que determinaram o seu momento de formação (Lisi, 2011: 16). Seguindo o modelo de Panebianco (2005), pretendemos enunciar alguns aspetos que iriam determinar o seu modelo genético. Além do mais, enquadrámos a presente análise numa conceção do partido enquanto uma forma sociológica e histórica, produto de relações sociais com vista à formação de um *habitus partidário específico* (Offerlé, 2018). Assentamos assim a nossa análise no pressuposto weberiano de que o partido é uma forma de socialização particular, que tem como objetivo assegurar o poder para os seus líderes, de modo a garantir “vantagens ideais ou materiais para os seus membros” (Weber, 1983: 228). Nesta perspetiva, a questão em torno do partido não pode estar desligada das relações de poder, já que este se trata de um *campo de lutas*, um espaço de concorrência objetiva entre agentes que disputam entre si pela *definição legítima de partido* (Offerlé, 2018).

No que se refere ao estudo dos partidos políticos portugueses, o PCP apresenta características particulares que fazem deste um caso único no país. Enquanto os principais partidos políticos portugueses, que se encontram atualmente no ativo, se formaram por volta da fase de transição democrática³ e como um reflexo da conjuntura política dos anos 70⁴, já o PCP formou-se ainda na I República (1921) e ter-se-á institucionalizado no Estado Novo, à data do seu III Congresso (1943)⁵. Não só pela distância temporal face ao momento da fundação, este partido também se distingue dos outros por ter sido, durante longos anos, marcado pela sua relação com uma entidade patrocinadora, a Internacional Comunista (Panebianco, 2005). Todavia, no momento da sua fundação, a Internacional ainda não exercia qualquer influência sobre

³ A única exceção é o caso do Pessoas, Animais e Natureza (PAN) que é um fenómeno mais recente e, também, um caso de grande interesse para compreender a mudança de valores na sociedade portuguesa contemporânea, por se tratar de um partido com características pós-materialistas.

⁴ Mesmo o Bloco de Esquerda (BE), que se formou em 1999, foi profundamente influenciado pelo processo de transição democrática dos anos 70, nomeadamente, a difusão do ideário marxista na sociedade portuguesa que marcou o Processo Revolucionário em Curso. As duas principais tendências que fundaram o BE, a União Democrática Popular e o Partido Socialista Revolucionário, são um exemplo disso.

⁵ A partir da leitura da História do PCP de Madeira (2013), lançamos a hipótese de que o momento do III Congresso e da consequente legitimação de uma elite partidária coesa, terá posto fim à instabilidade anterior, que caracterizava a atividade desta organização, estabelecendo o PCP enquanto uma instituição consistente.

os fundadores do PCP. O partido embrionário em pouco se assemelhava do partido atual, para além do nome e do símbolo. O PCP que se vai formar em 1921 era antes um reflexo do quadro político português da época, determinado pelas organizações em que militavam os seus principais fundadores e as suas conceções particulares de revolução, de influência sindicalista revolucionária.

O estudo sobre a Federação Maximalista Portuguesa e o seu semanário revelam-se, então, como pontos fulcrais para aprofundar o conhecimento sobre os partidos políticos portugueses. São o ponto de partida para o estudo da institucionalização do PCP pelo seu papel na introdução do bolchevismo em Portugal e, essencialmente, pelas redes sociais de militância que vai estabelecer. Serviu de ponto de partida para a legitimação de uma forma de fazer política que, até então, várias camadas da sociedade portuguesa repudiavam, nomeadamente o operariado, isto é, a política partidária. A FMP iria, igualmente, definir as metas ideológicas que o PCP iria adotar, no quadro do comunismo de esquerda, como uma síntese entre o sindicalismo e o anarquismo com as novas ideias bolchevistas. Um hibridismo organizacional que iria pôr em causa a futura consistência do partido, assim como, a sua legitimação externa extranacional perante a Internacional Comunista (Lopes, 2002: 32).

3. A Bandeira Vermelha e a conjuntura do operariado.

O aparecimento da FMP, organização precursora do PCP, deve ser entendido, além do mais, através do seu contexto sócio-histórico. Em primeiro lugar, tendo em conta a obra de Noiriel (2006), devemos considerar as ferramentas de comunicação à distância através das relações de poder, enquanto um mecanismo capaz de unir indivíduos no espaço e no tempo. Ou seja, devemos compreender o jornal como uma manifestação do processo de *racionalização* ao “anular a distância que separa os que comandam daqueles que obedecem” (Pina, 2018). Desse modo, a comunicação à distância aumentou a possibilidade de um ator social impor a sua vontade, ao reduzir a resistência imposta pela distância (Weber, 1983). Não obstante as óbvias consequências na relação entre governantes e súbditos, a comunicação à distância também serviu o propósito oposto, ao ser apropriada pelo operariado como uma ferramenta contra-hegemónica apta a canalizar o protesto de movimentos, que recusavam a legitimidade da dominação estatal. Nessa contenda, surgiram periódicos como *A Greve*, em 1908, o primeiro jornal focado na introdução das doutrinas sindicalistas revolucionárias em Portugal (Pereira, 2009). Desde então, especialmente com a instauração da República, após 1910, disseminou-se uma imprensa

operária de cariz sindicalista revolucionária. A eficácia da propaganda promovida pela comunicação à distância demonstrou-se nos sucessivos congressos operários, em que a corrente sindicalista revolucionária se afirmou, ao lado do Partido Socialista Português, como um dos representantes legítimos do operariado.

Com o eclodir da Primeira Guerra Mundial, vários aspetos do movimento operário foram postos em causa, nomeadamente, com o início da Revolução Russa e a consequente revolução bolchevique. Este último acontecimento teve profundas consequências, ao abalar os antigos preceitos das diversas correntes da esquerda revolucionária. Para os sindicalistas revolucionários, o facto de a revolução na Rússia ter emergido por intermédio de um confronto armado, sem recorrer à tão apregoada greve geral revolucionária, pôs em causa os antigos métodos. Além disso, a 18 de novembro de 1918, o operariado português também saiu derrotado de uma grande greve de carácter insurreccional, o que levou a que vários dos antigos partidários da via sindicalista se refugiassem numa nova doutrina, o maximalismo⁶. Poucos meses depois, a 27 de abril de 1919, militantes de grupos anarquistas e sindicalistas revolucionários, com relevo no movimento operário, decidiram juntar forças para fundar o Soviet de Propaganda Social, que seria, posteriormente, denominado por Federação Maximalista Portuguesa (Pina, 2018: 89). Com várias figuras de renome na imprensa operária, como o escritor e sindicalista revolucionário Manuel Ribeiro, não tardaria a que a FMP manifestasse interesse em publicar o seu órgão de imprensa que, no entanto, seria adiado sucessivamente, devido às leis contra a imprensa subversiva de carácter bolchevista. Desse modo, só a 5 de outubro de 1919, é que esta organização foi capaz de divulgar um semanário para discutir as novas ideias vindas da Rússia e adaptá-las às características nacionais. Ainda assim, antes de se publicar o jornal, já se encontravam vários núcleos maximalistas espalhados por todo o país, cerca de 29, sobretudo nos grandes centros urbanos (Pina, 2018: 102). Nestes núcleos, deparamo-nos com antigos sindicalistas e militantes anarquistas, como foi o caso do portuense Manuel Ferreira Torres, anarquista-comunista, que reuniu, na sua sapataria, entusiastas bolchevistas do Porto e Vila Nova de Gaia (Pina, 2018: 101). Até ao final de 1920, a FMP iria estabelecer pelo menos 39 núcleos, alguns deles com centenas de aderentes, que estenderem a influência maximalista a quase todos os distritos do país. Graças aos seus 50 correspondentes, que distribuíam o seu jornal com uma tiragem normal de 6.000 exemplares, por exemplar, o semanário maximalista chegou a todos os cantos do país, nomeadamente, à ilha de S. Miguel e à ilha da Madeira (Pina, 2018: 104-115).

⁶ A expressão maximalismo é uma tradução direta do termo bolchevismo que, na época, representava a revolução levada ao máximo, ou seja, a defesa da revolução imediata por intermédio da luta armada.

A receção da revolução russa, em Portugal, implicou, por conseguinte, um choque sobre os preceitos que regiam o movimento operário. Um dos principais fatores para a rápida transformação doutrinária deveu-se, sobretudo, à profusa difusão destas ideias em toda a imprensa socialista, anarquista e sindicalista desde 1918, que entendiam os acontecimentos na Rússia como um prenúncio da revolução operária mundial. Com a edificação de uma estrutura orgânica maximalista, com núcleos em todo o país, desencadearam-se novos laços de militância, distintos dos anteriores, que resultaram na inculcação de novas formas de saber-fazer, na apropriação de símbolos e logotipos que iriam cristalizar uma identidade maximalista (Pina, 2018). Neste processo de absorção das ideias bolcheviques, o jornal maximalista, *A Bandeira Vermelha*, teve um papel fulcral na formação de relações sociais em torno de um novo tipo de *capital coletivo acumulado* (Offerlé, 2018: 29). No caso português, o processo de construção de uma identidade maximalista terá partido, inicialmente, de um mimetismo face à experiência maximalista francesa. Desta forma, deparamo-nos no *A Bandeira Vermelha* com vários artigos traduzidos de sindicalistas revolucionários franceses, como Pierre Monatte, Robert Louzon, Boris Souvarine, Alfred Rosmer e Jacques Sadoul que demonstravam, na ótica dos maximalistas portugueses, a afinidade entre as ideias sindicalistas revolucionárias e o soviétismo russo (Pina, 2018: 118). Nessa perspectiva, o soviétismo russo não representava uma rutura face à tradição operária portuguesa, muito pelo contrário, era como um prolongamento da ação sindicalista revolucionária. Por outras palavras, na sua visão, o maximalismo não entrava em contradição com o sindicalismo, era antes uma ferramenta do qual os sindicalistas e anarquistas deviam fazer uso para apressar a revolução e tomar o poder à burguesia mediante da sua estratégia de revolução imediata, ou seja, a ditadura do proletariado.

É nesse sentido que optamos pela recolha e análise de dados do *Bandeira Vermelha*, para deixar claro o grau de influência dos redatores proto-bolchevistas franceses nos textos que foram publicados pelos maximalistas portugueses e, com isso, rejeitar a noção da particularidade portuguesa no caso da receção da revolução russa. Além do mais, aproveitamos esta oportunidade para explorar novos aspetos sobre implantação do maximalismo no território português e a sua caracterização sociográfica. Para abordar esta problemática, partimos do trabalho de investigação de João Quintela (1976) a única obra que tratou de explorar a imprensa maximalista, onde pretendemos verificar os dados apresentados por este autor e averiguar a sua pertinência à luz das recentes investigações sobre o movimento operário.

4. Metodologia

Antes de procedermos à recolha e análise dos dados que serviriam os nossos propósitos, tratámos de selecionar os textos e artigos com interesse para o presente estudo. Nesse seguimento, excluímos notas sobre reuniões sindicais e da FMP⁷, citações entre artigos e pequenas notas a apelar à recolha de fundos. Em contrapartida, recolhemos artigos com autoria e textos escritos por desconhecidos, nacionais e estrangeiros, de autores individuais e coletivos, cartas de leitores portugueses e textos da autoria da FMP sobre problemas da atualidade. No total inventariámos 420 textos nos 53 números deste jornal, enquanto órgão da FMP, entre o período que vai de 5 de outubro de 1919 a 12 de dezembro de 1920, o que corresponde a uma média de 8 artigos por número. Nestes 420 textos analisados, procurámos determinar a frequência de artigos por autor, o género, o tipo de autor (individual ou coletivo), o tema do texto e a nacionalidade dos autores individuais. Por outro lado, no que concerne aos autores individuais portugueses, optámos, também, por determinar a frequência de autores e de textos por distrito, com o intuito de averiguar a pertinência das categorias elaboradas por Quintela (1976: 21-23)⁸.

No que se refere às categorias utilizadas para os textos, aproximamo-nos das categorias já anteriormente produzidas por Quintela (1976: 21-23), mas com algumas alterações. Mantivemos a categoria “textos de propaganda bolchevista”, que se refere a textos sobre os desenvolvimentos políticos e sociais na Rússia bolchevista, textos teóricos de figuras proeminentes do bolchevismo, assim como apelos ao estabelecimento da ditadura do proletariado em Portugal. Também mantivemos a categoria “textos sobre a repressão”, que trata dos presos políticos da FMP, das Juventudes Sindicalistas e das apreensões de jornais. Mantivemos ainda os “textos sobre a frente única e o partido”, que se referem às cartas e artigos que começaram a surgir a partir do verão de 1920, para a construção de um congresso para fundar um Partido Comunista em Portugal. Alteramos, no entanto, a categoria sobre o sindicalismo, passando a denominá-la por “textos sobre a vida sindical”. Excluímos ainda a categoria “lutas populares”, que se encontrava agrupada na questão sindical, ficando apenas com a categoria “textos sobre a vida sindical”. Propomos, além do mais, uma categoria intitulada “Textos sobre a FMP” para agrupar os textos que se inserem nos problemas da organização, sobre o seu crescimento e as doutrinas

⁷ Referimo-nos, por exemplo, aos textos intitulados por “Vida Maximalista” que resumiam as reuniões, as datas das reuniões da FMP, assim como, pequenas notas sobre reuniões sindicais.

⁸ Quintela (1976: 21) dividiu os artigos do semanário maximalista nas seguintes categorias: (1) “Textos de Propaganda bolchevista”, (2) “Textos sobre a revolução e a violência”, (3) “Textos sobre a Frente única e o Partido”, (4) “Vida e Lutas Sindicais, Lutas Populares”, (5) “Textos sobre a repressão” e (6) “Outros”.

que a deviam reger. No que toca aos textos que abordam as questões estruturais da economia nacional, isto é, a carestia de vida, a falta de papel, as críticas à imprensa “burguesa” e ao sistema eleitoral “burguês”, atribuímos-lhes a designação alternativa de “problemas nacionais”. Por último, agrupámos todos os artigos que não se inserem nas categorias identificadas na designação “outros”, como é o caso de textos sobre o iberismo, o esperanto, antimilitarismo, amor-livre e poemas.

Devemos deixar claro que, apesar de Quintela (1976) apresentar dados sobre a percentagem de autores portugueses sindicados, de acordo com as nossas fontes⁹, só nos foi possível averiguar a sindicalização de 23 autores portugueses. Nesse seguimento, devido à escassez de dados fiáveis para testar o relevo desta variável, optámos por excluir a sindicância das nossas variáveis de estudo. Por outro lado, analisámos os artigos de autores estrangeiros, uma questão que Quintela deixou de lado. Este ponto tem como propósito reforçar a hipótese de que os autores e a imprensa francesa foram preponderantes para a compreensão da revolução russa em Portugal. Ou seja, com estes dados podemos perceber até que ponto é que as figuras do socialismo francês influenciaram as doutrinas do maximalismo português, servindo de intermediário para a absorção do marxismo bolchevista.

5. A Bandeira Vermelha em números.

A partir da análise dos artigos inventariados, verificamos que, num total de 420 textos, apenas 326 apresentam a fonte, ou a autoria¹⁰, sendo que desse universo, 283 foram publicados por autores individuais (87%) e 43 por autores coletivos (13%) (Quadro 1). Dentro dos autores coletivos, 19 (44,2%) são artigos da autoria da própria FMP, 6 (14,0%) são da autoria de organismos ligados à República Soviética, os restantes são textos de várias organizações sindicais como a Industrial Workers of the World (IWW), a “Confederação Geral do Trabalho” italiana, mas, também, do Partido Comunista Espanhol e do Partido Comunista Polaco e, inclusive, jornais socialistas/comunistas como o *Daily Herald*, o *Le Populaire*, *El Sol* e o *Rote Fahne*. É de salientar que estes dados, sobre os autores coletivos, podem estar enviesados pelo facto de

⁹ Comparámos a lista de autores individuais portugueses com as listas presentes na dissertação de Doutoramento de Teodoro (2013), nos trabalhos de Freitas (2007) e de Pina (2018), assim como com a base de dados do projeto MOSCA de Freire (2012).

¹⁰ Os restantes 94 referem-se a textos de autores desconhecidos, de textos traduzidos sem indicação da fonte ou, até mesmo, de artigos escritos pelos redatores do *A Bandeira Vermelha*, mas que não indicam a sua autoria.

a maioria dos textos de autores desconhecidos muito provavelmente pertencerem a autores coletivos, visto que se tratam de traduções de textos sem referência da fonte.

Quadro 1 – Tipo de autores

	N	%
Autores Individuais	283	87,0
Autores Coletivos	43	13,0
Total	326	100,0

Fonte: elaborado pelo autor a partir do *A Bandeira Vermelha*.

No que concerne aos autores individuais, verificamos que num universo de 283 textos, 213 (75,3%) foram redigidos por autores portugueses e os restantes 70 por autores estrangeiros (24,7%). Ao analisarmos os dados referentes aos autores estrangeiros, observamos que estes 70 textos foram redigidos por 34 autores estrangeiros distintos (Quadro 2). A partir destes dados foi possível averiguar que são os autores de nacionalidade francesa aqueles com mais autores distintos com 18¹¹ (52,9%) e, de seguida, os autores da República Soviética, com 9 autores¹² (26,5%). Os restantes textos foram produzidos por autores alemães, espanhóis, holandeses e italianos, mas em números residuais, cerca de 1 ou 2 autores entres estas nacionalidades. Quanto à frequência de textos por nacionalidade, observamos, mais uma vez, como os franceses são os autores mais publicados, com 37 artigos (52,9%), sendo o “Capitão Sadoul” (Jacques Sadoul) o principal autor estrangeiro publicado no *A Bandeira Vermelha*, seguido dos soviéticos com 26 (37,1%), onde, curiosamente, é Leon Trotsky o autor com mais artigos publicados, representando quase um terço (30,8%) dos artigos soviéticos presentes.

¹¹ O número de textos de autores franceses por ordem decrescente: Jacques Sadoul (10), Boris Souvarine (5), Paul-Louis (5), R. Louson (3), L. Midol (1), André Pierre (1), Jean Longuet (1), A. Rosmer (1), Arthur Ransome (1), Charles Rappoport (1), Doutora Pelletier (1), Edouard Rothen (1), Henrique Leone (1), Raimundo Lefebvre (1), Roman Razueff (1), Victor Merlec (1), Ricot (1) e António Penichet (1).

¹² O número de textos de autores soviéticos por ordem decrescente: L. Trotsky (8), Lunatachersky (5), P. Kropotekine (3), Zinoviev (3), V. Lenine (2), M. Gorki (2), E. Varoslavsky (1), M. Moskowsky (1) e Tchitcherine (1).

Quadro 2 – Nacionalidade dos autores e textos publicados

	Autores		Textos	
	N	%	N	%
Francesa	18	52,9	37	52,9
Soviética	9	26,5	26	37,1
Outras nacionalidades	7	20,6	7	10,0
Total	34	100,0	70	100,0

Fonte: elaborado pelo autor a partir do *A Bandeira Vermelha*.

No que respeita aos autores portugueses, identificamos 213 textos redigidos por 88 autores distintos, distribuídos por quase todos os distritos do país. Entre os 88 autores, apenas 2 são do género feminino (Etelvina da Silva e Gertrudes de Oliveira Gonçalves) e 22 referem-se a autores de origens desconhecidas e que, por isso, não puderam ser incluídos na nossa análise. Desse modo, só podemos analisar os dados referentes a 66 autores que redigiram, respetivamente, 177 textos publicados no *A Bandeira Vermelha* (Quadro 3).

Quadro 3 – Autores e textos por distrito de Portugal

	Autores		Textos	
	N	%	N	%
Lisboa	19	28,8	73	41,2
Porto	19	28,8	45	25,4
Braga	4	6,1	8	4,5
Santarém	3	4,5	14	7,9
Faro	3	4,5	4	2,3
Évora	3	4,5	4	2,3
Setúbal	3	4,5	3	1,7
Viana do Castelo	3	4,5	3	1,7
Guarda	2	3,0	8	4,5
Viseu	2	3,0	4	2,3
Beja	2	3,0	7	4,0
Portalegre	1	1,5	2	1,1
Coimbra	1	1,5	1	0,6
Castelo Branco	1	1,5	1	0,6
Total	66	100,0	177	100,0

Fonte: elaborado pelo autor a partir do *A Bandeira Vermelha*.

Em primeiro lugar, no que concerne às frequências dos autores, observamos que tanto Lisboa como o Porto tinham 19 autores, representando, por conseguinte, mais de metade dos autores deste periódico. Entre os lisboetas encontramos militantes e dirigentes de conselhos maximalistas e, entre os portuenses, dirigentes das juventudes sindicalistas e militantes próximos da ala maximalista de Ferreira Torres. No resto do país, geralmente, tratavam-se de militantes dispersos que enviavam cartas de apoio ao projeto da Federação Maximalista Portuguesa e que expressavam a sua simpatia para com a revolução russa. Em segundo lugar, tratando agora dos 177 identificados, desta vez verificamos uma maior preponderância de redatores de Lisboa face aos de outros distritos, ao representarem 41,24% dos textos na nossa amostra. Se juntarmos o Porto à análise, verificamos que estas duas cidades representavam, exatamente, dois terços dos textos publicados (66,6%).

Posto isto, observamos também que o diretor do semanário e Secretário-geral da FMP, Manuel Ribeiro, foi o principal autor publicado, com 16 textos assinados. Na lista de autores observamos, inclusive, 12 textos da autoria do dirigente maximalista António Peixe (Secretário-Geral da Federação Metalúrgica), 12 textos do histórico militante anarquista portuense e redator do *A Aurora* Clemente Vieira dos Santos, 12 textos de “A. A. Matafome”, pseudónimo de A. Rodrigues Dias, um maximalista de Alcanena (Santarém), 10 textos do alfaiate lisboeta Alberto Monteiro, outros 10 de Salvaterra Júnior, um “torrista” que se demarcou dos anarquistas que se reuniam no Centro Comunista do Porto, entre outros autores¹³.

Por último, apreciamos os dados referentes aos temas dos textos publicados no *A Bandeira Vermelha* (Quadro 4). Neste momento da nossa análise, observamos que os textos de propaganda bolchevista são preponderantes, representando mais de metade dos textos deste jornal com 57,38%. Além do mais, verificamos que os textos sobre a repressão, que tratavam as deportações de bolchevistas, a apreensão de jornais

¹³ O número de textos de autores portugueses por ordem decrescente: Manuel Rodrigues Melo (7), José da Silva Oliveira (7), Dramirano Bento (6), Gonçalves Correia (5), Olímpio Moreno (4), Juliano José Ribeiro (4), Abel Pereira de Araújo (3), H. Crazé Roioso (3), A. Alexandre Melo (3), Carlos dos Santos Martins Teixeira Lopes (2), Manuel Aguiar Pombinho (2), João Fernandes Cavalheiro (2), Américo Mesquita (2), Augusto A. Moreira (2), Francisco Dias (2), Joaquim Cardoso (2), João D. Simões (2), António M. Godinho (2), António Rosa (2), A. de Castro (2), Francisco Silva Moura (2), Luís Augusto (2), José F. Santos (1), Júlio Martins Amaro (1), António Lopes Jorge (1), João Alves (1), F. S. C. (1), Gertrudes de Oliveira Gonçalves (1), Décio Montano (1), F. Faria (1), A. Proença (1), Alexandre José dos Santos (1), António Sales (1), Arsénio José Filipe (1), Bernardino dos Santos (1), Gregório Marcelino (1), Manuel Lopes (1), Norberto de Araújo (1), Adelino Caetano (1), Amadeu Cardoso Silva (1), Anastácio Gonçalves Ramos (1), António de Oliveira (1), António J. Brito (1), António J. Fernandes (1), J. Santa Rosa (1), José Gonçalves Amorim (1), José Maria Sousa (1), Lúcio dos Santos (1), Luís T. Laranjeiro (1), Manuel Joaquim de Sousa (1), Mário Lemos (1), Felizardo A. Corujo (1), Manuel António (1), Alberto Azevedo (1), António Dias (1), Manuel Guinaldo (1), António Vidal (1), Carlos Guimarães (1), M. F. P. (1) e João Rodrigues (1).

e as condições nas prisões, estavam presentes em quase todos os números por se tratar de um aspeto central na atividade política dos maximalistas. De resto, o jornal era marcado por diversas temáticas, tais como o sindicalismo, os problemas nacionais, a doutrina da FMP, a construção do partido, entre outros, mas que, todavia, não tinham o mesmo relevo dos dois primeiros temas, que representavam pouco mais de dois terços dos textos analisados.

Quadro 4 – Temas dos textos publicados

	N	%
Textos de propaganda bolchevista	241	57,4
Textos sobre a repressão	50	11,9
Textos sobre a vida sindical	26	6,2
Problemas nacionais	26	6,2
Textos sobre a FMP	20	4,8
Textos sobre a frente única e o PCP	14	3,3
Outros temas	43	10,2
Total	420	100,0

Fonte: elaborado pelo autor a partir do *A Bandeira Vermelha*.

6. Notas conclusivas

Face à investigação de Quintela, mais propriamente no que se refere aos apresentados sobre os textos e a origem geográfica dos redatores (Quintela, 1976: 21-23), verificamos que os nossos resultados se aproximam daqueles anteriormente apresentados por Quintela (1976). Existem, todavia, algumas discrepâncias entre a frequência dos temas, já que, por exemplo, os “textos de propaganda bolchevista” representam 57,38% no nosso estudo e apenas 46,75% no caso do de Quintela (1976: 21). Já no que se refere aos “textos sobre a repressão”, deparamo-nos com menos textos do que aqueles que são assinalados no trabalho de Quintela, apesar de termos uma amostra maior que este autor. Esta última diferença pode-se dever a uma discrepância entre os métodos de recolha de dados, já que Quintela (1976) não deixou claro aquilo que define por “textos”, podendo ter incluído as notas e atas de reuniões, corpus documental por nós excluído. Já sobre os dados apresentados sobre a origem geográfica dos redatores, podemos afirmar que a amostra apresentada por Quintela (1976: 23) será, em certa medida, insuficiente para apresentar conclusões fiáveis. Para

este autor o peso dos redatores de Lisboa e do Porto, em conjunto, seria inferior ao dos redatores da província, algo que não pudemos confirmar no presente estudo. De tal maneira, observamos que, tanto Lisboa, como o Porto, sobressaem no que se refere à frequência de autores e de textos no periódico maximalista.

A distribuição territorial dos maximalistas levanta, do mesmo modo, algumas questões sobre o tipo de construção territorial do bolchevismo em Portugal. Tal como demonstram os dados, verificamos que, apesar de os autores estarem centrados nas duas principais cidades, encontravam-se redatores um pouco por todo o país dispostos a colaborar ativamente na propaganda bolchevista. Por outro lado, a elevada dispersão de redatores no território, leva-nos a equacionar a hipótese de que a disseminação do bolchevismo, em Portugal, terá seguido o modelo de *difusão territorial*, já que a sua distribuição no território parece ter despontado através de organizações anarquistas e sindicalistas preexistentes, num modelo federativo e não, necessariamente, através de um centro liderado por Manuel Ribeiro em Lisboa (Lopes, 2002: 19). Contudo, escasseiam estudos aprofundados sobre as trajetórias de militância e das organizações existentes, na época, o que, à luz dos conhecimentos historiográficos e sociológicos disponíveis, torna difícil identificar com segurança quais terão sido os modelos de construção territorial associados à difusão deste ideário.

Um dos pontos com maior interesse para perceber as metas ideológicas dos maximalistas portugueses, entre 1919 e finais de 1920, reside na influência dos autores estrangeiros. Como podemos averiguar, entre os autores estrangeiros, os franceses foram aqueles que mais se destacaram na imprensa maximalista, com mais de metade dos textos e redatores. Tal é o caso de Jacques Sadoul, Paul-Louis e Boris Souvarine, percussores do bolchevismo francês anteriormente ligados à II Internacional, Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO), e que teriam um papel importante na fundação do Partido Comunista Francês¹⁴. Estes dados reforçam, portanto, a ideia de que o bolchevismo e os acontecimentos na Rússia foram compreendidos, em Portugal, por intermédio da imprensa e dos revolucionários franceses e não, diretamente, através dos textos dos líderes bolcheviques soviéticos. O autor soviético mais publicado, Leon Trotsky, poderá, aliás, resultar do facto de este bolchevique ter sido próximo de Sadoul. Para concluir, é de salientar que, apesar de a equiparação do soviétismo às bolsas de trabalho de Pelloutier ser uma importante referência para os maximalistas portugueses, especialmente nos primeiros números, a larga divulgação de autores

¹⁴ Já com a fundação do PCF, Paul-Louis e Boris Souvarine acabariam por ser afastados do partido perante a intransigência dos bolcheviques russos em determinar a linha ideológica. No entanto, já Jacques Sadoul, que sempre fora próximo de Trotsky, aos poucos opta por aderir à facção fiel a Estaline.

ligados à SFIO poderá transparecer uma etapa na desvinculação dos maximalistas face à linha tradicional operária de tipo sindicalista revolucionária.

Referências bibliográficas

Fontes:

Biblioteca Pública Municipal do Porto, *A Bandeira Vermelha*, Lisboa. 1919-1920.

Livros e artigos:

AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre (2011), “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”, *Revue française de science politique*, vol. LXI, 2011/4, pp. 631-657, [Consult. a 04.02.2019]. Disponível em: <<https://doi.org/10.3917/rfsp.614.0631>>.

FREIRE, João (2012), *Dicionário Histórico de Militantes Sociais, Grupos Libertários e Sindicatos Operários*, [Consult. a 04.02.2019]. Disponível em: http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=search&Itemid=49

LISI, Marco (2011), *Os Partidos Políticos em Portugal*, Coimbra, Edições Almedina.

LOPES, Fernando Farelo (2002), “Partidos Políticos”, in LOPES, Fernando Farelo; FREIRE, André, *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais: uma introdução*, Oeiras, Celta Editora, pp. 9-87.

MADEIRA, João (2013), *História do PCP: das origens ao 25 de abril (1921-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China.

NOIRIEL, Gérard (2006), *Introduction à la socio-histoire*, Paris, Éditions La Découverte.

QUINTELA, João G. P. (1976), *Para a história do movimento comunista em Portugal (1º Período 1919-1929)*, Porto, Afrontamento.

PANEBIANCO, Angelo (2005), *Modelos de Partido, Organização e poder nos partidos políticos*, São Paulo, Martins Fontes.

PEREIRA, Joana Dias (2009), *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma ideia*, Lisboa, Caleidoscópio.

PINA, André Costa (2018), *A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português*, Tese de Mestrado em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

TEODORO, José Miguel de Jesus (2013), *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

WEBER, Max (1983), *Economía y sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*, México, Fondo de Cultura Económica.

PINA, André Costa (2019), “A Bandeira Vermelha em números: uma análise sobre o semanário da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920)”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVII, pp. 71-96

André Costa Pina. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). **Endereço**

de correspondência: Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. E-mail:

andrecostapina@gmail.com